

POLÍTICA DA CITAÇÃO: A INFLUÊNCIA DO RACISMO E SEXISMO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

CITATION POLICY: THE INFLUENCE OF RACISM AND SEXISM IN THE PRODUCTION OF ACADEMIC KNOWLEDGE

POLÍTICA DE CITACIONES: LA INFLUENCIA DEL RACISMO Y EL SEXISMO EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO ACADÉMICO

SUMÁRIO:

Introdução; 2. Racismo, sexismo e “epistemicídio” na produção de conhecimento; 3. A política da citação na produção acadêmica; 4. Política da citação nas ciências criminais do PPGD da UFPA; 5. Considerações finais; Referências.

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir as relações estabelecidas entre o racismo e o sexismo na política da citação dos estudos criminais para ingresso nos programas de pós-graduação. Realiza-se, para tanto, um estudo de caso nos projetos apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, nos anos de 2020 e 2021, na linha Sistema Penal e Direitos Humanos. A partir da análise de conteúdo dos projetos, busca-se análise como essas estruturas de poder se estabelecem para as pessoas que buscam acesso ao mestrado e doutorado. Efetua-se um exame quanti-qualitativo dos referenciais bibliográficos utilizados. Foi possível observar que os fenômenos do racismo e sexismo, que oprimiram por séculos grupos minoritários e permeiam as

Como citar este artigo:

SOUZA, Luanna,
LIMA, Ana Clara,
POCIANO, Wanessa.
Política da citação: a
influência do racismo
e sexismo na produção
do conhecimento
acadêmico.

Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 131-154

Data da submissão:
14/04/2022

Data da aprovação:
16/08/2023

1. Universidade Federal do Pará – Brasil
2. Universidade Federal do Pará – Brasil
2. Universidade Federal do Pará – Brasil

estruturas sociais, inserem-se nas universidades com o intuito de perpetuar a estrutura de privilégios. Isso ocorre por diversas práticas, algumas não tão explícitas, mascaradas pelo discurso da neutralidade epistêmica, como a política da citação.

ABSTRACT

The article aims to discuss the relationships established between racism and sexism in the citation policy of criminal studies for admission to graduate programs. For this purpose, a case study is carried out in the projects presented to the Postgraduate Program in Law at the Federal University of Pará, in the years 2020 and 2021, in the Criminal System and Human Rights line. From the content analysis of the projects, we seek to analyze how these power structures are established for people seeking access to masters and doctoral degrees. A quantitative-qualitative examination of the bibliographic references used is carried out. It was possible to observe that the phenomena of racism and sexism, which have oppressed minority groups for centuries and permeate social structures, are inserted in universities in order to perpetuate the structure of privileges. This occurs due to several practices, some not so explicit, masked by the discourse of epistemic neutrality, such as the policy of citation.

PALAVRAS-CHAVES:

Citação; Racismo; Sexismo; Academia.

KEYWORDS:

Citation; Racism; Sexism; Academy.

PALABRAS CLAVE:

Citación; Racismo; Sexismo; Academia.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo central discutir as relações estabelecidas entre o racismo e o sexismo na política da citação dos estudos criminais para ingresso nos programas de pós-graduação. Isso porque o racismo e o sexismo se manifestam como fenômenos que levam a uma

mecânica de conhecimento que privilegia determinados grupos e coloca a população negra ainda como “negro-tema” e não como autora de suas próprias dores (RAMOS, 1995).

Esta discussão se mostra relevante, pois a prática da citação, por ser comum no meio acadêmico, é tomada de forma acrítica, onde não há um questionamento do porquê se cita tal autor/a e não outro/a. Com isso, alimenta-se uma estrutura de conhecimento majoritariamente branca e sexista e o repertório dos cânones do conhecimento das universidades ocidentalizadas.

Cria-se um verdadeiro pacto narcísico hegemônico, colocando em questão a aparente neutralidade da academia. Segundo Maria Aparecida Bento (2002), há espécies de acordos silenciosos, em que os sujeitos brancos se aglutinam no apoio e fortalecimento daqueles que deles se assemelham para preservar, conservar a manutenção de privilégios e interesses.

Realiza-se, para tanto, um estudo de caso nos projetos apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, nos anos de 2020 e 2021, na linha Sistema Penal e Direitos Humanos. A partir dos dados coletados, buscaremos analisar como essas estruturas de poder se estabelecem para os/as pesquisadores/as que buscam acesso ao mestrado e doutorado. Efetua-se uma análise de conteúdo nos projetos de pesquisa com exame quanti-qualitativo dos referenciais bibliográficos utilizados. A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, da Universidade Federal do Pará.

Na apreciação dos dados é importante apontar o processo de construção e consolidação do racismo e do sexismo na sociedade brasileira, os quais foram fundamentais para impedir ou dificultar o acesso de determinados grupos aos espaços de poder, a exemplo do campo de produção e reprodução do conhecimento.

É necessário também evidenciar como o conhecimento se constitui uma ferramenta de poder, a partir da visão de Michel Foucault (2010), e como o processo de inferiorização das mulheres brancas, negras e homens negros resultou, inicialmente, em uma ausência desses indivíduos nesses espaços do ensino e, posteriormente, na descredibilização de sua capacidade ou de seus conhecimentos.

É fundamental, por fim, discorrer como se constrói a política da citação e como essa obstaculiza que se compreenda as entranhas racistas que

se operam no sistema penal e nas ciências criminais, sendo identificado a importância de se reformular as formas de conhecimento, para que se tornem mais democrática. Isso nos mostra também os problemas decorrentes também da estrutura da pós-graduação que perpetua lógicas de citação e consequentemente mecânicas de poder.

2. RACISMO, SEXISMO E “EPISTEMICÍDIO” NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Não há como tratar sobre a produção de conhecimento acadêmico sem discutir o racismo e o sexismo, que são dois elementos centrais que sustentam e que mantêm uma estrutura excludente e opressora, mas que têm ares de neutralidade (KILOMBA, 2016). Como descreve Talíria Petrone (2019, p.16):

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas.

O racismo e o sexismo operaram historicamente não apenas no cerceamento do acesso ao ensino para populações vulnerabilizadas, em especial, as mulheres negras, como criaram lógicas de invisibilização da resistente produção intelectual dessas populações. De acordo com Grada Kilomba (2016), com as devidas ressalvas, esse processo de inferiorização atingiu tanto o povo negro quanto às mulheres, mas para as mulheres negras não foi cerceado apenas o conhecimento acadêmico, mas também o conhecimento sobre seu passado, suas origens e culturas.

O racismo e o sexismo no Brasil são formas de opressão que se mantêm e se reformulam com o auxílio de diversos instrumentos de poder, entre eles o conhecimento. Segundo Tamara Bordin (2014), a construção do conhecimento está relacionada às relações sociais e de poder em determinado momento histórico. O conhecimento se constitui uma ferramenta de poder, que em nossa sociedade é branco e masculino. Nesse mesmo sentido, segundo Ramón Grosfoguel (2016, p. 28) “as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo.”

O estado atual de inferiorização dos grupos sociais historicamente excluídos, não resulta apenas de um processo genocida, como foi a escravidão ou o “caça às bruxas” na Idade Média, mas também de um processo de “epistemicídio” do conhecimento produzido e reproduzido por essas pessoas. Boaventura de Sousa Santos (1999) caracteriza dessa forma a destruição de culturas e formas de saber dos povos colonizados por serem diferentes, podendo ser considerada uma ação muito mais violenta e abrangente, em virtude de restringir, por séculos, os grupos minoritários aos campos do conhecimento. Para Sueli Carneiro (2005, p. 96), epistemicídio é:

Um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeito de conhecimento.

As universidades ocidentais absorveram essa estrutura racista e sexista, baseada no epistemicídio, consolidando as hierarquias raciais, a partir de um ciclo onde o epistemicídio reproduz e mantém essas estruturas de poder. Segundo Grosfoguel (2016), a lógica colonial marca essa produção de conhecimento ocidental. Remetendo ao lema de “penso, logo existo” de Descartes, para que os homens brancos chegassem à condição de pensar, fazia-se necessário, antes de tudo, a conquista de novos territórios e povos, para que pudessem, em nome da superioridade atribuída por Deus, empregar a sua epistemologia e eliminar as formas de conhecimento diversas.

Como consequência disso, percebe-se, a exclusão dos espaços de ensino formal para essas populações ao longo do tempo. Sueli Carneiro (2014) enfatiza a estratégia de deixar a população negra afastada de todo processo do saber:

alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. (CARNEIRO, 2014, n.p)

De acordo com Carll Souza e Elizabeth dos Santos (2019), os luga-

res de produção do conhecimento não foram feitos para serem ocupado por pessoas negras, muito menos por mulheres negras. Impediu-se não apenas a oportunidade de letramento formal, mas produziu-se um apagamento histórico sobre suas origens, sendo perpetuado estereótipos negativos, a exemplo da miséria que assola o continente africano, por exemplo, sem questionar os motivos históricos que levaram a isso (SOUZA; SANTOS, 2019).

Outrossim, por estarem distantes desses espaços de poder, esse grupo, racialmente inferiorizado, foi sempre colocado como objeto de estudo de pessoas brancas, como se observa na seara das ciências criminais, em que se tem como exemplo clássico as teorias de Cesare Lombroso. Isso, contudo, foi atualizado. De acordo com Camila Prando (2018), nos estudos da criminologia crítica, percebe-se duas facetas, primeiro identificar sempre o “outro”, que é o sujeito negro, e nunca o branco, e segundo tratar desse sujeito racializado como objeto da academia, em cima dele se darão os estudos criminológicos, nas palavras da autora:

Mesmo que em tom de denúncia, o ‘outro’ racializado narrado pela academia criminológica branca é um ‘outro’ homogêneo, quase dado por morto. O que coincide com a crítica de Spivak (2010, p.47) à violência epistêmica colonial (PRANDO, 2018, p. 80)

Essas pessoas dificilmente estão ocupando a posição de produtores do conhecimento, até mesmo sobre suas próprias experiências. Isso relaciona-se com a necessidade de colocar o sujeito negro em uma posição social inferior, para manter o sistema como ele é.

Tal cenário foi tensionado com a implementação da Lei n. 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas, a qual permitiu o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior. Isso se evidencia a partir da pesquisa realizada pelo IPEA, em 2020, que constatou o aumento da população negra no ensino superior, a qual, em 2001, era de apenas 22% nas Instituições Federais, em 2015 atingiu a marca de 44%. Apesar de relevante a conquista, isso não se demonstra suficiente ainda para modificar as estruturas de poder, em razão do racismo institucional que se reflete na produção do conhecimento.

No que diz respeito ao quantitativo de mulheres no ensino superior, segundo os dados da pesquisa realizada pelo IBGE em 2019, elas estão

cada vez mais ocupando esses espaços, com taxas de frequência líquida superior as dos homens. Todavia, apesar do avanço, ainda são minoria entre os docentes, em 2003 ocupando 43,2% dos cargos e, em 2019, 46,8%¹. Importante frisar que o acesso a esse espaço ocorre de forma distinta entre as mulheres, de forma que, a taxa de frequência líquida no ensino superior de mulheres negras é quase 50% menor em relação a das mulheres brancas². Desse modo, tem-se o retrato de como a opressão atinge de forma diferente os sujeitos oprimidos.

Como bem desenvolvido por Grada Kilomba (2016), quando alguns autores negros alcançam esse espaço restrito e passam a discorrer sobre os assuntos que envolvem os séculos de opressão sofrida, são imediatamente desqualificados e cerceados, o que remete a ideia da máscara de ferro usada pelos escravos, para manter o seu silenciamento. Da mesma forma ocorre com as mulheres, as quais, conforme a autora, sofrem com a mesma tentativa de diminuição de seus saberes, e mais ainda as mulheres negras. Sendo esta uma situação que demonstra a “complexidade da interseccionalidade entre gênero, raça e poder” (KILOMBA, 2016, p. 6).

Alex Ratts (2006), ao discorrer sobre a biografia da historiadora Beatriz Nascimento, narra sobre o incômodo que causa as classes dominante haver, no mesmo espaço que elas, mulheres negras, que pesquisam e que são capazes de elaborar “um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, inspirada da vida extra-muros da universidade” (RATTS, 2006, n.p), como foi a autora. Por isso, busca-se, de todas as formas, reduzir a sua importância e o alcance de seus estudos.

Dessa forma, hodiernamente, tem-se, dentro do campo de ensino, como instrumento de conferir credibilidade aos trabalhos desenvolvidos, principalmente, pelos estudantes no início da vida acadêmica, como discorre Cosme Santos (2016), a reprodução indistinta de teorias formulados por pensadores importantes dos países colonizadores.

Não se trata de invalidar as contribuições relevantes produzidas até o momento, mas questionar a ausência ou a desvalorização de outros autores e outras autoras fora do eixo europeu e norte-americano, um retrato do “epistemicídio” ou “apartheid epistêmico” (RABAKA, 2010).

Nesse contexto, a branquitude é apresentada como sinônimo de humano, de civilidade e racionalidade, o sujeito branco não se enquadra dentro de uma categoria de raça, os outros é que são racializados, passíveis

de serem objetos de estudo, coisificados. O homem branco é tido como dotado de universalidade e neutralidade, o que ele produz não está maculado pela experiência de vida, ao contrário, o conhecimento construído por ele está dotado do que Ramon Grosfoguel (2016) chama de “visão do olho de Deus”.

Há esta anedota: uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa. Branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano (KILOMBA, 2016, p. 8).

No entanto, diferente do que ocorre com a branquidade, aos trabalhos desenvolvidos por pessoas negras é dada a alcunha de serem subjetivos, pessoais, parciais, emocionais e específicos, relegando o trabalho destes pesquisadores à margem e mantendo a hierarquia do conhecimento que privilegia o sujeito branco. Isso se reproduz em diferentes espaços acadêmicos inclusive nas ciências criminais. As ciências criminais são um campo de predomínio de homens brancos, e tem durante séculos como objeto o negro delinquente.

3. A POLÍTICA DA CITAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A citação é uma prática que integra a dinâmica universitária, mas deve ser analisada de forma mais pormenorizada. A citação é um tipo de referência muito utilizada na academia e que possui certa autonomia enunciativa. A prática da citação pode ter diversos usos. Pode servir para reforço teórico, para diálogo acadêmico ou mesmo como fonte de pesquisa em trabalhos bibliográficos.

No âmbito da produção do conhecimento, há a realização, por vezes, de citações para embasar a informação apresentada. Dessa maneira, conforme discorre Cosme Santos (2016), faz-se fundamental entender a relevância dessa prática nos trabalhos acadêmicos, pois, por intermédio dela, pode-se observar a identidade enunciativa do autor e suas referências bibliográficas.

Inicialmente, em uma perspectiva micro, com a visualização individual de trabalhos, e, posteriormente, em uma perspectiva macro, po-

dendo-se inferir de forma mais assertiva sobre o padrão de produção de conhecimento da sociedade. As citações refletem, de forma implícita, as “relações interculturais, e relações de poder nem sempre explícitas na cultura universitária” (SANTOS, 2016, p. 208).

Em muitos casos, ao utilizá-la, as pessoas se apropriam do discurso do outro assumindo tal discurso como próprio, como uma forma de dar respaldo e credibilidade ao seu trabalho:

A citação de um autor autorizado permite ao principiante, mais do que a reformulação, fundamentar ou valorizar seu dizer; essa função, que pode aparecer, com efeito, ligado a restrições sociolinguísticas, a formas de insegurança que só um melhor domínio dos conteúdos, mas também uma mudança de lugar permite controlar (BOCH & GROSSMANN, 2002 p.102-103).

Quanto maior o grau de apropriação com a informação, mais a pessoa que escreve o texto poderá integrar as fontes teóricas ao seu trabalho. O inverso também é válido, quanto menos a pessoa que escreve o texto se apropriar, menos poderá integrar as fontes teóricas (GOMES, 2010, p. 30).

Nesse trabalho discute-se não a prática da citação em si, mas a chamada “política da citação”. A política da citação envolve as dinâmicas que fazem com que determinadas pessoas sejam ou não citadas. Pode ser considerada um ato, ou uma ação reiterada, por meio do qual as pessoas são impelidas a citar um conjunto já pré-concebido de autores considerados como “referenciais teóricos centrais”. O problema, é que este referencial teórico é branco, masculino, e geolocalizado na Europa ou Estados Unidos.

As relações entre os textos são, também, marcadas pelas relações interculturais, e relações de poder nem sempre explícitas na cultura universitária, ou seja, entre as condições de leitura e de acesso à informação teórica e as práticas de citações, padrões estéticos e posicionamentos diversos sobre a informação de fonte (SANTOS, 2016, p. 208)

A universidade é um espaço de poder onde as dinâmicas raciais e de gênero se estabelecem de forma mais velada, no entanto, há uma disputa epistemológica constante que se dá por meio de ferramentas como a política da citação. O racismo epistêmico construído através da colonização tomou tal forma que mesmo um país situado na América Latina, como

o Brasil, dá preferência aos “cânones do conhecimento” do outro lado do globo, em detrimento dos autores que produzem estudos que conversam mais com a realidade local.

Desta forma, o privilégio epistêmico branco se mantém, desde o início do ciclo de poder onde já está estabelecido quem se deve citar, até a manutenção dos mesmos nomes como referências a partir da citação destes, assim, “os autores brancos promovem uns aos outros, citam-se mutuamente em seus escritos, criam e/ou elegem para si fechados espaços acadêmicos” (RATTS, 2007, p. 30) num verdadeiro pacto narcísico.

Conforme Grada Kilomba (2016), eles dispõem sobre o que é conhecimento, e o que não é; qual conhecimento deve fazer parte das agendas oficiais e qual não; a quem este conhecimento pertence e quem pode ser reconhecido como alguém que tem conhecimento; quem pode ensinar este conhecimento e quem pode produzi-lo; quem pode performá-lo e quem não pode.

Para estudantes que estão começando a produzir as suas pesquisas, a prática da citação se torna um meio de acesso a espaços acadêmicos já consolidados, principalmente a pós-graduação onde se exige a chamada “densidade teórica”. Desta feita, citam-se autores ditos renomados, ainda que não tenham de fato se apropriado do conhecimento produzido por eles para garantirem o “selo” de cientificidade dado ao sujeito branco, pois “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva” (FANON, 2008).

Como já exposto, o conhecimento é um instrumento de poder dentro da sociedade, e que este é responsável pela manutenção do status quo de uma classe dominante, consoante desenvolve Grada Kilomba (2016, p.4):

o conceito de conhecimento [...] é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal.

Assim, a prática da citação poderá ser concebida como uma forma da reprodução desse poder. Segundo Walter Mignolo (2008), o conhecimento não é universalmente estabelecido por um sujeito transcendental, mas por sujeitos históricos. Durante muito tempo, por exemplo, estabe-

leceu-se uma diferença entre cultura e epistemologia delegando-se para a perspectiva ocidental hegemônica a noção de ciência. Esse longo processo de subalternização de determinados conhecimentos tem marcas coloniais.

Não há como vislumbrar que a prática atual de citação seja isenta de qualquer influência do seio social, como tenta-se fazer a partir dos discursos de neutralidade da academia. Tais argumentos são falaciosos, pois tentam mascarar a discriminação e a violência contra aqueles que não se enquadram no padrão aceito e que buscam enunciar os anos de opressão. Como afirma Grada Kilomba (2016), o conhecimento precisa ser reconfigurado, pois ele é produto de locais de fala de alguém. Para a autora é necessário:

descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder. (KILOMBA, 2016, p. 7)

Nesse viés, para esse fenômeno de produção do conhecimento e a sua reprodução nos espaços e trabalhos acadêmicos, por intermédio da prática das citações e de referencial bibliográfico, utiliza-se o termo “política da citação”. Tal terminologia deve levar em consideração o processo histórico-social, pois, ele influenciará diretamente nesse espaço de poder. Sendo assim, em vista de uma sociedade racista e sexista. Esse termo evidencia uma lógica dentro do âmbito dos trabalhos científicos, que é, mesmo que inconsciente, reproduzir autores brancos, para maior credibilidade do seu estudo, justamente pela inferiorização histórica de autores negros e autoras. De acordo com Elias Gomes (2010, p.31):

Na política da situação em trabalhos científicos, busca-se, o tempo todo e a cada momento, justificar, confirmar e respaldar a escrita em autores e teorias de prestígio com o intuito de tornar o trabalho do neófito legítimo; assim, por vezes, é comum um uso exagerado de conceitos que não se encaixam em todas as realidades (diga-se: “habitus” em Pierre Bourdieu, “configuração” em Norbert Elias, categorias importantes inclusive para este trabalho; trata-se da “força da teoria”

sobre nós).

Há assim uma relação entre as citações e a visibilidade/influência de um determinado trabalho, que envolve como cânones do saber se configuram em determinados períodos históricos e contextos institucionais.

Para Cláudia Costa (2009) é necessário questionar quais são as práticas de citação nessas narrativas e quais suas correntes teóricas o que poderia explicitar os processos de mediação/tradução cultural no tráfego de teorias e narrativas e os lugares de enunciação autorizados. Isso nos exige reconhecer a impossibilidade de ser referir ao campo do conhecimento como um espaço neutro, pois cada indivíduo possui um contexto específico que refletirá em seus escritos de algum modo.

Precisamos tornar a produção do conhecimento mais democrática, com a participação mais igualitária dos diversos grupos sociais, mas para isso, faz-se mister, de início, o reconhecimento da imparcialidade do suposto saber neutro, e de que a academia ainda se constitui um campo de reprodução do racismo e o sexismo. Ademais, é fundamental colocar no centro os saberes subalternos.

Para Foucault (1999) é necessário um empreendimento de insurreição dos saberes sujeitados, considerados abaixo do nível estabelecido pelos postulados da cientificidade. São examinados como “menores”, não sendo legitimados pelos discursos hierarquizantes e universalizantes. Esse processo pode nos possibilitar de fato a reconstrução dos processos de produção do conhecimento em novas bases voltadas para a promoção da vida e da liberdade das pessoas historicamente oprimidas.

4. POLÍTICA DA CITAÇÃO NAS CIÊNCIAS CRIMINAIS DO PPGD DA UFPA

Com base na contextualização feita nos tópicos anteriores, podemos agora compreender melhor a gramática racial e o sexismo presentes na citação dos trabalhos acadêmicos e utilizaremos como parâmetro os trabalhos submetidos ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal (PPGD/UFPA).

Este é o único programa de doutorado em direito da região norte. É o programa mais bem avaliado da região e o mais antigo. No Estado, o PPGD/UFPA teve início em 1984, integrando o Instituto de Ciências Jurídicas³. Atualmente possui cinco linhas de pesquisa⁴, das quais seleciona-

mos a linha de pesquisa “Sistema Penal e Direitos Humanos” em razão do panorama que ela nos proporciona na análise do tratamento dado pelos estudos das ciências criminais às questões raciais e de gênero.

Há um grande crescimento de estudos sobre a questão racial na área criminal. Isso se deve à crueldade imposta cotidianamente pelo sistema de justiça criminal às pessoas negras. A população prisional é majoritariamente negra⁵. As ações policiais reverberam diretamente sobre a população negra. No país, uma pessoa negra é morta pela polícia a cada quatro horas⁶. Devemos, contudo, verificar se esses estudos tem considerado a produção de autores/as negros/as.

Estudos sobre a região norte também guardam importância. Essa é uma região ainda com poucos estudos sobre a temática criminal e sobre a produção jurídico-acadêmica. O tema aqui proposto se revela ainda com mais destaque por se tratar do Estado com maior população negra do país⁷.

A priori, separamos os pré-projetos de pesquisa dos anos de 2020 e 2021 submetidos ao Programa de Pós-Graduação da UFPA. Com autorização da coordenação, coletamos os projetos de pesquisa, identidade de raça e identidade de gênero. Os projetos não estavam identificados, garantindo o sigilo das pessoas e dos dados pessoais.

Ao todo, trinta e sete trabalhos foram analisados, produzidos por trinta e seis pessoas⁸. Das pessoas que produziram os trabalhos vinte eram mulheres e dezessete eram homens. Vinte e uma pessoas eram brancas, seis pretas e dez pardas. Abaixo os gráficos referentes as pessoas que se candidataram:

Gráfico 1 – Identidade de gênero das pessoas candidatas

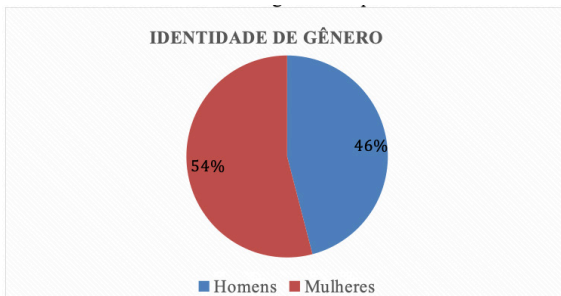


Gráfico 2 – Identidade racial das pessoas candidatas

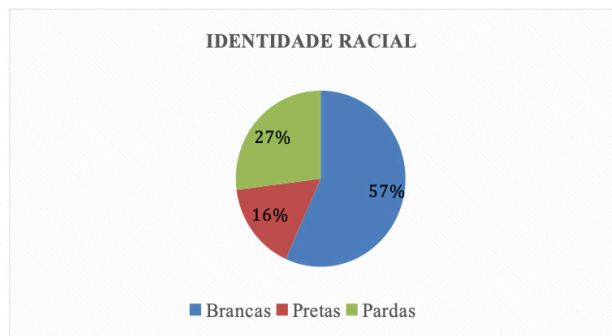
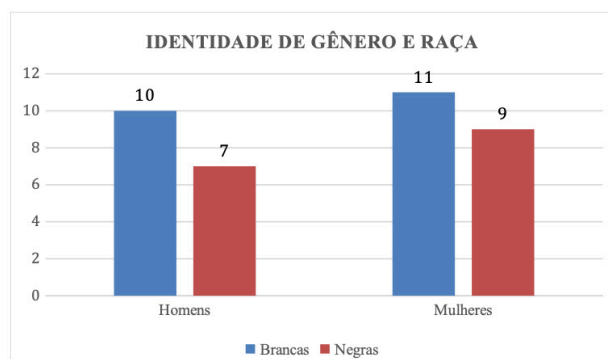


Gráfico 3 – Identidade de gênero e raça das pessoas que se candidataram



Trata-se assim, em sua maioria, de pessoas brancas e de mulheres. Do total de quinze pessoas que pretendiam acesso ao doutorado, 12 eram brancas. Para além da análise do perfil das candidaturas, analisamos os projetos apresentados. Desses trabalhos, retiramos um total de 838 referências bibliográficas.

O objetivo era apresentar uma análise quali-quantitativa dessas referências. Buscamos o perfil de autores e autoras para traçar sua identidade. Em alguns casos tivemos que fazer um processo de heteroidentificação, principalmente no caso da identidade racial, quando não ficava claro o perfil racial da pessoa pesquisada. algo que apresenta limites levando-se em conta que no país adotamos o critério da autoidentificação.

Mesmo reconhecendo os limites deste método, ainda assim o ado-

tamos para fins de análise, pois compreendemos que é necessário para que possamos avançar o debate sobre o racismo presente na Universidade, nesse caso, especialmente na Universidade Federal do Pará. Todavia, cabe destacar a importância de quem esses dados fiquem acessíveis em plataformas como o Lattes como forma de possibilitar estudos sobre a relação entre academia e as identidades de gênero, raça e sexualidade.

Sobre a identidade de gênero e racial das pessoas citadas, o gráfico abaixo demonstra o perfil encontrado:

Gráfico 4 – Identidade de gênero das pessoas citadas

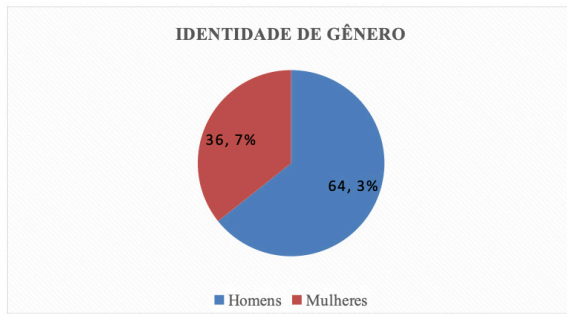
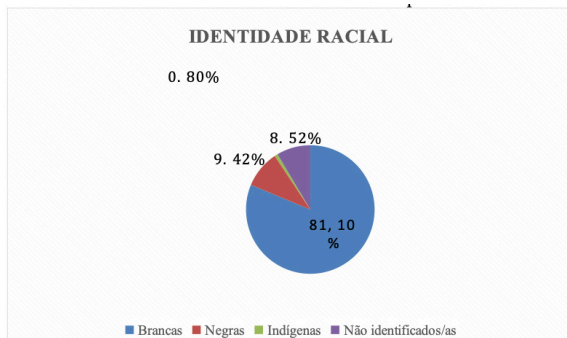
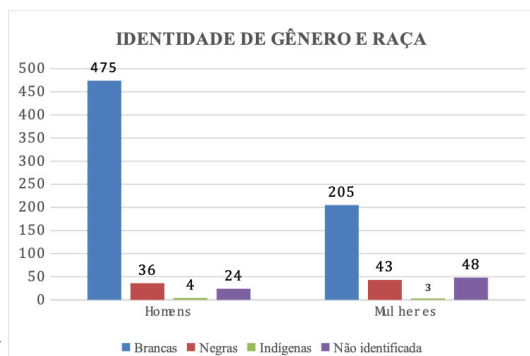


Gráfico 5 – Identidade racial das pessoas citadas



Fonte: elaboração própria

Gráfico 6 – Identidade de gênero e raça das pessoas citadas



De 838 citações, 475 foram só de homens brancos, o que representa 56% do total de citações entre 9 indicadores. Somados os números de homens brancos e mulheres brancas citadas nos trabalhos, a porcentagem chega ao total de 81% das citações feitas pelos estudantes. Quando isolamos os dados relativos às citações feitas pelos autores que pretendiam o ingresso no doutorado, de 477 pessoas citadas, 400 (83,75%) eram sujeitos brancos. Isso revela como homens brancos são privilegiados nas citações.

Segundo Vagner Silva (2000, p. 74-77), trata-se de um instrumento preciso de esquecimento de nomes de negros e de mulheres em determinados períodos. Para Alex Ratts (2016), isso permite que os intelectuais brancos criem fechados espaços acadêmicos para si, pois o próprio acesso a pós-graduação está obstaculizado por uma barreira étnico-racial:

Evidencia-se aqui um problema de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, aos mecanismos da “invisibilidade negra” semelhantes em outros âmbitos sociais (RATTS, 2016, p. 31)

Do número ínfimo de 79 pessoas negras citadas – incluindo homens e mulheres – apenas 21 foram citadas para além do debate racial. Isso demonstra que quando citadas, as pessoas negras servem apenas para o debate racial, como se não produzissem para além dessas temáticas ou servissem apenas para referendar as análises da questão racial.

Essa reflexão é relevante quando observados os impactos disso para os estudos das ciências criminais, onde a população negra é sempre retra-

tada como objeto de análise e não convidada para as reflexões realizadas. Alberto Guerreiro Ramos (1955) identifica a atitude dos estudiosos que transformariam o negro-vida em ‘tema’:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (RAMOS, 1955, p. 215).

É dessa conjuntura racial da academia brasileira de onde saem as bases científicas que dão fundamentação às políticas públicas voltadas à seara criminal e que fundamenta a lógica e os métodos brancos. Segundo Camilla de Melo Prando (2018), as análises construídas sobre os debates raciais foram feitas por uma universidade hegemonicamente branca, por uma branquitude que a partir do seu lugar de privilégio, define e subordina os “outros” racializados que estão além dos muros da universidade. São estes os autores que definem as concepções justiça, crime e controle social utilizando-se do nome de estudiosos negros apenas quando convém falar sobre raça (negra),

No sentido de “embranquecer a raça ao minimizar os efeitos da estratificação racial e no sentido de tomar a raça como uma categoria relativa a um atributo individual, desvinculado das demais hierarquias e desigualdades” (PRANDO, 2018, p. 79)

Nos estudos realizados, a questão racial aparece apenas de forma superficial e adjetiva, como forma de apontar que a população negra é o principal alvo do sistema de justiça, mas sem que isso adquira centralidade. Assim, a categoria raça aparece, mas não as relações raciais, e invisibilizam a norma branca que escreve, pesquisa e produz seus resultados no

campo (PRANDO, 2018, p. 79).

Isso porque, desde a sua origem a criminologia surgiu como uma ciência que buscava legitimar a desigualdade, e para isso precisava de uma base científica que respaldasse a atribuição das causas do crime ao delinquente (GÓES, 2014). Portanto, nada melhor que uma universidade majoritariamente branca para isso.

Nestes termos, pode-se afirmar que o racismo foi a espinha dorsal da Criminologia que nasceu exatamente para legitimar o Direito Penal, restaurar, defender e preservar a “ordem social” burguesa abalada pela desfuncionalidade de determinados indivíduos pertencentes a classe social baixa, orientando a criminalização segundo o estereótipo lombrosiano que vinculou o crime ao criminoso, um sistema de controle social que encontrará campo fértil na periferia mundial (GÓES, 2014, p. 15).

Semelhante caso acontece quando nos voltamos para os números relativos às citações de autoras. De um total de 299 mulheres citadas, apenas 160 foram citadas para além do debate de gênero, ou seja, 139 mulheres foram citadas apenas para trazer a temática de gênero para dentro dos trabalhos submetidos ao PPGD. Segundo Loraine Gelsthorpe (2002) a criminologia se desenvolveu como um estudo de homens, sobre homens, mas se dizendo universal. Desde o *Malleus Maleficarum* até o século XIX as teorias criminológicas, salvo poucas referências, não se ocuparam das mulheres.

Como pudemos perceber, isso se torna mais problemático ao vermos o baixo número de mulheres negras citadas. Sueli Carneiro (2005) aponta o duplo ato de apontar e nomear quando se trata da invisibilidade de mulheres negras. Para uma virada decolonial é necessário criar configurações na estrutura do conhecimento das universidades ocidentalizadas.

Todas essas questões evidenciam um privilégio também de ascensão acadêmica. Há um privilégio epistêmico do homem branco muito mais latente quando pretende-se chegar ao ápice da carreira acadêmica. Segundo o IBGE, em 2015, 54% da população brasileira era composta por pessoas negras (pretos e pardos). Ainda assim, em 2017 apenas 30,6% e 28,9% era a taxa de ocupação destes no mestrado e doutorado, respectivamente Capes (2017) e Inep (2017).

A análise dos privilégios epistêmicos precisa considerar marcadores

de raça, gênero, dentre outros. Segundo Carla Akotirene (2009), as perspectivas interseccionais podem contribuir, como ferramentas teóricas, metodológicas e práticas do feminismo negro, para compreender como as mulheres negras são mais vulnerabilizadas. Partindo-se de uma abordagem interseccional pode-se elucidar complexas e contraditórias desigualdades estruturais e suas representações políticas e culturais, criadas pelo imbricamento de múltiplas formas de opressão e privilégio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível observar que os fenômenos do racismo e sexismo, que oprimiram por séculos grupos minoritários e permeiam as estruturas sociais, inserem-se nas universidades com o intuito de perpetuar a estrutura de privilégios. Isso ocorre por diversas práticas, algumas não tão explícitas, mascaradas pelo discurso da neutralidade epistêmica, como a política da citação.

A consolidação de teorias consideradas superiores formuladas, em sua grande maioria, por autores do eixo europeu e norte-americano, decorre do processo de genocídio e epistemicídio tanto da população negra, quanto das mulheres, na medida em que eram considerados inferiores, logo, tudo o que produziam de conhecimento não poderia ser considerado válido.

Como consequência disso, por muitos anos observou-se o déficit na presença desses sujeitos nos espaços acadêmicos. Isso vem sendo alterado ao longo dos anos, em razão, principalmente, de políticas públicas de ação afirmativa. Todavia, mesmo com a maior participação dessas pessoas das universidades, a produção de conhecimento branca e masculina ainda é considerada central. A produção dessas pessoas continua sendo descredibilizada ou guetizada a determinados assuntos, como se mulheres e pessoas negras somente pudessem falar de raça ou gênero.

Nesses moldes se constrói a política da citação, racista e sexista, haja vista que os autores brancos se citam e se privilegiam dentro dos espaços acadêmicos, em um verdadeiro pacto narcísico hegemônico. Sendo necessária a reformulação dessa forma de conhecimento, mas que precisa, antes de tudo, de mudanças mais significativas no seio social.

Pretendemos com esta pesquisa, discutir as relações de poder que se estabelecem a partir da política da citação, com ênfase no racismo e sexis-

mo presentes nos trabalhos submetidos ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.

Com base nos resultados podemos chegar à conclusão de que a política da citação está intimamente ligada à manutenção do privilégio epistêmico branco e masculino dentro das estruturas do conhecimento, na qual o racismo e o sexismo são criadoras e criaturas sendo necessárias análises interseccionais que tensionem esses contornos.

Numa sociedade onde ainda paira no imaginário social a colonialidade, pacificou-se enaltecer os cânones do conhecimento (homens brancos) em detrimento dos autores que rompem com essa narrativa e não se submetem ao método e lógica brancos. Para estes autores foram dadas a alcunha de parciais, e não-científicos.

Toda esta carga cultural fortemente enraizada nas universidades ocidentais, leva ainda hoje muitos estudantes a manterem o ciclo do poder citando o sujeito branco em troca da credibilidade. Tal qual visto nos resultados obtidos da pesquisa feita no PPGD da UFPA, a gramática racial tem obtido êxito em manter escondida a dominação neste regime de poder racial que reverbera os estudos das ciências criminais (BONILLA SILVA, 2012).

Por isso, é necessário que a branquitude assuma o seu lugar de privilégio e que mais estudos sobre o racismo/epistemicídio sejam feitos, dando início a uma virada decolonial que, para além dos muros da universidade, surta efeitos nas ciências criminais. Considerando a forma com que o sistema de justiça criminal atua preferencialmente sobre pessoas negras, a produção acadêmica negra não pode ser ignorada, mas colocada como central para que se possa realmente questionar o funcionamento desse sistema.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others. Disponível em: <http://alcoff.com/content/speaothers.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. São Paulo: Justificando, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BONILLA-SILVA, Eduardo. The invisible weight of whiteness: the racial grammar of everyday life in contemporary America. *Ethnic and Racial Studies*. Vol. 35, n.2, feb.2012, p. 173-194.

BORDIN, Tamara Maria. O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, n. 10, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/5088> . Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Banco de dados: Distribuição de discentes de Pós-Graduação no Brasil. Geocapes: Sistema de Informações Georreferenciadas. Brasília, DF: Capes, 2017. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> . Acesso em: 16 ago. 2021.

CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio, Portal Geledés. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio> . Acesso em: 12 jul. 2021.

COSTA, Cláudia. Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 207-213, janeiro-abril/2009.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. SciELO-EDUFBA, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Tese de Mestrado, Brasília: UNB, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GELSTHORPE, Loraine. *Feminism and Criminology*. IN MAGUIRE, Mike. MORGAN, Rod. REINER, Robert (Ed.) *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford, 3º ed, 2002.

GÓES, Luciano. Racismo, genocídio e cifra negra: raízes de uma criminologia antropofágica. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de; CARVALHO, Gisele Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. (Org.). Criminologias e Política Criminal. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

GOMES, Elias Evangelista. Ensaio etnográfico sobre a socialização da juventude para a sexualidade e a fé: “vem, você vai gostar!”. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F-3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

IBGE. Estatística de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior: microdados: 2014-2016. Brasília: Inep, 2017.

IPEA. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro: jun. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MIGNOLO, Walter. Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. In: ARRUZZA, Cinzia et al. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 70-84, 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Gvb9R7bmhKJyqt->

[D54RmwPvF/?lang=pt#](#) . Acesso em: 13 jul. 2021.

RABAKA, Reiland. *Against epistemic apartheid*; W. E. B. Du Bois and the disciplinary decadence of sociology. Lanham: Lexington, 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do branco brasileiro*. Jornal do Comércio, jan.1955

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial, São Paulo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*. 7º. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Cosme Batista dos. A prática da citação na universidade as referências à informação científica em trabalhos acadêmicos. *Revista SCIELO, Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, n. 1, p. 199-229, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/010318134652177611> . Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo, Edusp, 2000.

SOUZA, Carll; SANTOS, Elisabeth Maria Oliveira dos. Sobre a história que a história não conta: por contranarrativas epistemológicas. *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 4, n. 6, p. 52, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/16397> . Acesso em: 20 mar. 2022.

'Notas de fim'

1 VALOR. IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2022.

2 AGÊNCIA BRASIL. IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acesso em: 1 abr. 2022.

3 PPGD. Apresentação. Disponível em: <https://www.ppgd.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 10 abr. 2022.

4 Constitucionalismo, Políticas Públicas e Direitos Humanos; Direitos fundamentais: concretização e garantias; Direitos Fundamentais e Meio Ambiente; Estudos Críticos do Direito; Sistema penal e Direitos Humanos.

5 CARTA CAPITAL. Mais de 60% dos presos no Brasil são negros. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mais-de-60-dos-presos-no-brasil-sao-negros/>. Acesso em: 1 abr. 2022.

6 CNN. Um negro é morto pela polícia a cada quatro horas, aponta levantamento. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/um-negro-e-morto-pela-policia-a-cada-quatro-horas-aponta-levantamento/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

7 G1. Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>. Acesso em: 1 abr. 2022.

8 Uma das pessoas concorreu mais de uma vez.